

Capítulo 7

Empresariados angolanos no pós-guerra: Modelos herdados, exigências do capitalismo e estratégias dos trabalhadores

Cristina Udelsmann Rodrigues

Introdução

As mudanças rápidas em Angola, nas últimas décadas, tiveram implicações directas sobre as actividades industriais e, cumulativamente, sobre a situação produtiva actual. O modelo empresarial capitalista de cariz colonial foi responsável pelo maior crescimento em termos industriais de Angola, ao ponto de grande parte dos esforços desenvolvidos pelo governo pós-independência ter como mote a recuperação dos níveis de produção “de 73”. Depois de 1975, no entanto, o modelo centralizado de condução da economia introduziu dinâmicas radicalmente diferentes em termos das actividades produtivas cujos resultados foram muito desanimadores. Quando no início da década de 90 do século XX este modelo começa a ser abandonado, já são visíveis muitos dos efeitos que provocou não só em termos dos níveis de produção mas também no que diz respeito aos modos de organização e gestão das unidades de produção. Esta situação de mudança, conjugada com graves problemas relacionados com a pobreza, com a sobrepopulação das cidades – onde se concentra a indústria – com as carências aos mais diversos níveis que as famílias começaram a sentir mais agudamente, levaram a que, em grande parte das empresas, dominassem as estratégias de sobrevivência dos trabalhadores sobre os objectivos de produção ou de produtividade. No contexto pós-guerra dos últimos anos, começa, no entanto, a notar-se o desenvolvimento de algumas tendências

mais “empresariais” no seu sentido mais ortodoxo e naquelas unidades de produção onde este modelo mais voltado para a produtividade e para o lucro já se mostrava algo dinâmico, tornaram-se mais evidentes as lógicas e as práticas de gestão e produção de tipo moderno e voltadas para o mercado e para a competição. Em todo o caso, a análise das empresas industriais angolanas terá que ter em conta que todas estas tendências e dinâmicas se acumularam ao longo dos anos, informaram as lógicas e as práticas empresariais e ditaram a forma como empresários e trabalhadores encararam as organizações e desenvolveram as suas actividades.

O arranque das actividades produtivas na Angola pós-guerra apresenta-se, entre outras, como uma condição fundamental para o aumento do emprego, para a contenção do informal e para a criação de estruturas que favoreçam a estabilidade dos rendimentos das famílias, o aumento da protecção social e a minimização dos riscos.

No entanto, o cenário nacional, para além de desanimador é muito heterogéneo, revelando-se condicionado por uma série de factores estruturais e de conjuntura económica mas também – e de forma significativa – por um conjunto de factores socioculturais.

Os factores estruturais e macroeconómicos que condicionam de forma mais acentuada a recuperação da produção – da indústria transformadora, da indústria agropecuária e mesmo da indústria da construção – prendem-se com a dependência angolana da exploração do petróleo (e das suas receitas), com a degradação do parque industrial desde a independência, com a falta de investimento nos sectores produtivos não-petrolíferos, resultante este último quer dos condicionamentos impostos pela guerra, quer das conturbadas gestões económicas realizadas desde a independência do país.

Apenas entre os anos de 2000 e 2001, o petróleo parece ter tido efeitos multiplicadores positivos noutros sectores da economia, contribuindo estes sectores para o PIB, em 2001, com 46% (Hodges, 2001:155). Um dos maiores problemas resultantes do

peso excessivo do petróleo na economia tem sido precisamente o seu impacto negativo no desenvolvimento de outros sectores produtivos, o que Hodges denominou de “a versão angolana da «doença holandesa»” (idem: 206), que diz respeito aos efeitos nefastos que o aumento das taxas de câmbio em função das receitas do petróleo causam aos sectores não petrolíferos.

De entre o que Ennes Ferreira considera constituírem os factores de cariz microeconómico que condicionaram – para além da guerra e do sistema económico centralizado – o desenvolvimento da indústria angolana após a independência, destacam-se as dificuldades relativas à gestão do processo produtivo (aprovisionamento de matérias-primas; manutenção dos equipamentos industriais e assistência técnica, aprovisionamento de peças sobressalentes e de reposição; falhas no fornecimento de energia e água) e as dificuldades relativas aos recursos humanos afectos a estas actividades: a carência de quadros técnicos e de operários especializados, as insuficiências organizativas e de gestão, o absentismo dos trabalhadores (Ferreira, 1999: 465-466).

O próprio contexto nacional impôs uma série de condicionalismos comuns. A dicotomia criada e acentuada após a independência entre o sector petrolífero e mineiro e os outros sectores produtivos, levou a que a partir dos anos 90 se tenha gerado uma incapacidade de redinamizar os sectores não petrolífero/mineiro. Esta incapacidade deveu-se, essencialmente, a cinco razões interligadas: o estado de insegurança, a falta de mão-de-obra qualificada, a instabilidade/incerteza macroeconómica, as políticas governamentais e estruturas de mercado que distorciam a atribuição de recursos e limitavam a concorrência, a grave e prolongada deterioração das infraestruturas físicas e dos serviços (Hodges, 2001:144-5).

1. Percursos das configurações produtivas em cidades angolanas

No início dos anos 50 do século XX, a indústria angolana encontrava-se muito pouco desenvolvida e as unidades registadas nessa altura como industriais, encontravam-se, na sua maioria,

ligadas à produção agrícola (Quadro 1) e à pequena produção destinada a satisfazer as necessidades das populações urbanas (como as moagens, as padarias, as marcenarias, etc.). Possuindo um carácter essencialmente artesanal, estas unidades absorviam, em 1955, cerca de 30.000 trabalhadores e representavam três quartos do total da indústria angolana (Rela, 1992: 404).

Quadro 1 – Indústrias em Angola em 1955 – Geral

Indústria	1955
Descasque e torrefacção de café	133
Marcenarias	164
Moinhos de cereais e crueira	231
Padarias	123
Salga e farinha de peixe	120
Serralharias	112
Cerâmicas	61
Fornos de cal	80
Desfibras de sisal	69
Talhos	83
Câmaras de expurgo	34
Drogarias	33
Extracções de óleo de palma	44
Salinas	36
Tipografias	39
Total	1.810

Fonte: adaptado de Rela (1992:404)

O “embrião do parque industrial” propriamente dito, na altura, era, contudo, constituído por uma dúzia de unidades industriais e que representavam menos de 1% do total, que, exceptuando as refinações de açúcar, se situavam em Luanda (Rela, 1992: 405).

Quadro 2 – Indústrias em Angola em 1955

Refinações de açúcar	5
Fiação e tecelagem de algodão	1
Fábrica de cerveja	1
Fábrica de cimento	1
Fábricas de tabaco	3
Fábricas de sacos	1

Fonte: adaptado de Rela (1992:405)

O número de indústrias registadas em Angola em 1962 evoluiu para 2.057 e, no grupo das indústrias não ligadas às actividades do primário, aumentou de 12 para 19 unidades, sendo implantadas as seguintes novas indústrias:

Quadro 3 – Novas indústrias em Angola em 1962

Fiação e tecelagem de algodão	1
Fábrica de cerveja	2
Fábrica de cimento	1
Refinaria de petróleo bruto	1
Fábrica de prensados de madeira	1
Fábrica de vidro	1

Fonte: Adaptado de Rela (1992:405-406)

Entre 1962 e 1973, a produção industrial angolana cresceu a um ritmo bastante elevado – cerca de 15% ao ano – e em 1973 a produção industrial encontrava-se ligada à indústria ligeira, concentrando-se no ramo da alimentação (27,4%), das bebidas (11,3%), dos têxteis (12,4%), da indústria química (11,7%) e no sector metal-mecânico (6,4%).

Por altura da independência, a indústria transformadora angolana era constituída por 3.846 empresas que integravam cerca de 200.000 trabalhadores (Ferreira, 1999: 330).

O que caracteriza a indústria angolana neste período é, no entanto, o recurso à importação de produtos semi-acabados e de matérias-primas (50%) que a tornava altamente dependente do exterior; o predomínio das actividades de pequena dimensão e possuindo tecnologia pouco desenvolvida, voltadas para o mercado local; a utilização de força de trabalho intensiva; a grande concentração em Luanda (Rela, 1992: 408-409).

Estas condições ditaram a evolução da indústria angolana após a independência e, no seu conjunto, os aspectos socioculturais constituíram os factores determinantes de estagnação das actividades produtivas em Angola: a fraca qualificação da mão-de-obra, o carácter “externo” do investimento e do desenvolvimento industrial (contribuindo aqui a saída dos portugueses de Angola de forma determinante), a falta de “cultura industrial”, factores estes que aliados à centralização económica – e à subsequente incapacidade de gestão económica – e à guerra que se iniciou após a independência, criaram o cenário industrial existente até ao início dos anos 90 do século XX.

Mas mesmo o impacto determinante atribuído à guerra como factor de entrave do desenvolvimento económico angolano deve ser relativizado. O conjunto de factores que condicionaram de forma determinante a manutenção da laboração das indústrias e o seu crescimento que se vinha registando nas décadas anteriores à independência, encontra-se mais associado aos “...problemas inerentes ao processo de elaboração dos planos para a indústria transformadora, os bloqueamentos e as ineficiências derivados da direcção centralizadora das actividades das empresas industriais, a inconsistência e a inadequação das medidas de política económica destinadas a apoiar e estimular a recuperação da indústria transformadora...” (Ferreira, 1999: 400). Ou seja, o sistema económico centralizado e planificado constituiu um factor determinante do desenvolvimento negativo da economia angolana, apresentando-se a guerra como factor condicionador mas não determinante (idem, p. 465).

Após a independência, quase todos os empreendimentos industriais foram confiscados e nacionalizados, formando-se

unidades económicas estatais (UEE), algumas delas integrando as antigas unidades industriais do mesmo ramo que haviam sido confiscadas (*idem*) o que tornou o sector estatal dominante em termos da indústria transformadora existente.

Dez anos após a independência, o número de unidades industriais registadas decresceu de cerca de 4.000 para 280, o que em muitos casos resultou da fusão das unidades económicas em UEEs mas que noutros diz respeito à cessação das actividades.

Devido à falta de investimentos adequados e a políticas e práticas de gestão menos correctas¹³¹, iniciou-se entre 1989 e 1990 o Programa de Redimensionamento do Sector Empresarial do Estado (SEF) que foi interrompido em 1992 com o reacender da guerra pós-eleições. A partir desta data, a incapacidade de redinamizar os sectores não-pretolíferos da economia ficou a dever-se ao estado de insegurança, à falta de mão-de-obra qualificada, à instabilidade e a incerteza macroeconómicas, às políticas governamentais e estruturas de mercado que distorciam a atribuição dos recursos e limitavam a concorrência, à grave e prolongada deterioração das infraestruturas físicas e dos serviços (Hodges, 2002: 144-145).

Ao nível nacional, as realidades socioeconómicas resultaram diferenciadas dados os diferentes percursos que as cidades experienciaram. Em cidades como Ondjiva, sede da província do Cunene, até à independência do país, a actividade industrial e produtiva foi muito reduzida face àquela que se desenvolvia no Norte do país¹³². O esvaziamento da cidade de população civil, entre 1975 e 1990 contribuiu para a eliminação de qualquer cenário de desenvolvimento industrial o produtivo. A partir de 1990 e mais intensamente depois de 2002, as actividades produtivas que aqui se iniciam apresentam uma dimensão muito reduzida e

¹³¹ Ver Ferreira (1999), em especial p. 469 e seguintes.

¹³² Apenas em 1917 se pode considerar que se inicia o período de colonização das terras do Baixo Cunene, até aí integradas na administração distrital da Huíla O Cunene mantém-se parte da Huíla até 1 de Janeiro de 1971, data em que se desmembra e passa a constituir distrito com capital em Pereira D'Eça.

vocacionada para um mercado local muito restrito. No Lubango¹³³, onde a indústria se tinha expandido entre 1960-1975¹³⁴, nomeadamente nas áreas das indústrias tradicionais (alimentação e bebidas¹³⁵) e onde tinham sido introduzidos novos ramos (metalúrgica, metalomecânica, vidro, plástico, materiais de construção¹³⁶), assiste-se, entre 1975-1990 a uma estagnação e a uma paralisação da actividade industrial devido à dificuldade de obtenção de matérias-primas e energia, à degradação dos equipamentos existentes. A fase de reactivação (1990-2004), compreende o ressurgimento de algumas unidades industriais, a reactivação da actividade em ramos específicos (e essenciais) como as moagens e panificadoras, construção civil, tendo sido também reactivada a exploração de recursos minerais. A reprivatização de unidades industriais (no âmbito do SEF) que haviam sido estatizadas após a independência (Saidy Mingas, Aliança, Emabol, HuílaPão e Saplás), bem como o investimento privado nacional e/ou estrangeiro, permitiram a reactivação da actividade industrial e mesmo a constituição de pequenos grupos de empresas locais (Socolil, João Abrunhosa, Savana e Grupo António Martins dos Santos¹³⁷). Entre 1995 e 2002, a indústria no Lubango registou um crescimento muito significativo (447,6%),

¹³³ Cidade fundada em 1885, com o nome de Sá da Bandeira.

¹³⁴ A fase de arranque (1930-1960), compreende o estabelecimento das primeiras unidades industriais (transformação de produtos agrícolas locais ou provenientes de outros municípios por via ferroviária – moagens, salsicharia, conservas, curtumes, mosaicos).

¹³⁵ Que em finais dos anos 70 correspondem a 52% do total das indústrias existentes.

¹³⁶ Em finais dos anos 70 a indústria da construção representa 20% do total das indústrias no Lubango.

¹³⁷ A Socolil inclui as unidades Revescor, Emabol, Moagem Moatrimil, Saplás, Socolil, FrigoHuíla, Vidrosul, SeguraSul e PlanaSul; o grupo João Abrunhosa integra indústrias de produção de tintas, indústrias de caixilharia e indústrias de produção de blocos de cimentos; o grupo Savana inclui a Negian Angola, Lda., a Savana Mármore, a Savana Móveis e a Savana Construção Civil e Obras, Lda.; o Grupo MAS, na área das bebidas espirituosas, integra a Sovisul, a Fábrica de Licores da Huíla e a Firma Produtos Ideal.

continuando a verificar-se investimentos na região e no desenvolvimento da indústria local.

Quadro 4 – Indústria no Lubango (2003)

Ano	Nº	Variação (%)
1995	42	-
1996	45	7,1
1997	61	35,6
1998	103	68,9
1999	119	15,5
2000	159	33,6
2001	185	16,4
2002	230	24,43

Fonte: DPICHT (2003)

Em Luanda, cidade fundada em 1576, a actividade industrial desenvolveu-se desde muito cedo de forma ímpar a nível nacional. Após a segunda guerra mundial, o aumento da importância do porto de Luanda – que passa a fazer concorrer com o maior existente até à data, o do Lobito – associado ao incremento da actividade comercial, tornam Luanda um local atraente para a implantação de indústria. O capital investido nestas actividades e durante este período tornou-se mais substancial, expandindo-se as actividades na indústria cimenteira, têxtil, da cerveja, extracção e refinação de óleos bem como apareceu um maior número de pequenas indústrias e de artesanato (Amaral, 1962:75).

Estes diferentes percursos industriais ditaram, de certa forma, a continuação da actividade industrial que se seguiu à independência. O confisco de unidades económicas e as tentativas de recuperação industrial foram mais activas nos locais onde a indústria se encontrava mais desenvolvida, pese embora o generalizado abandono e degradação do parque industrial nacional, provocados pela saída de empresários e mão-de-obra especializada do país, pelos efeitos negativos da pesada e pouco eficiente gestão

centralizada e, em alguns casos, pela destruição efectiva das unidades de produção sob efeito da guerra.

2. Caracterização do tecido produtivo actual

Um das principais dificuldades relativas ao conhecimento dos sectores produtivos em Angola têm sido sempre os dados insuficientes, a falta de estatísticas precisas acerca da realidade industrial angolana. Este facto é apontado desde os anos 90 pelo Instituto Nacional de Estatística na elaboração de Folhas de Informação Rápida sobre a Indústria, dos Índices de Produção Industrial, do Recenseamento de Empresas e Estabelecimentos (REMPE), noutros estudos como o Levantamento das Necessidades de Formação Profissional para o Emprego e Auto-emprego (MAPESS, 2000) (que recorreu aos dados do Registo Único de Empresas). Embora não seja possível, a partir destes dados, realizar uma análise aprofundada da realidade empresarial angolana, é possível destacar a desigual distribuição provincial da actividade industrial e a concentração desta na província de Luanda.

Os diferentes percursos socio-económicos produziram, diferentes realidades produtivas em termos regionais e locais. As configurações produtivas locais, na actualidade, são resultantes desses percursos e, em grande parte, da tradição produtiva local que manteve ou impulsionou – ou, pelo contrário não o fez – a actividade industrial em determinados locais. Em cidades como Ondjiva, profundamente afectada pela guerra e onde a herança industrial é muito fraca, o número de estabelecimentos é deveras reduzido, contando apenas com cinco unidades de produção em funcionamento e registadas, quase todas panificadoras. Entre 2002 e 2004 foram licenciadas 12 empresas no ramo da indústria transformadora na Província do Cunene, sendo que em Ondjiva, no ano de 2004, o número de empresas industriais existentes, bem como o número de trabalhadores que absorvem é, definitivamente, muito reduzido e revelador da pouca expressão que este sector possui (Quadro 5).

Quadro 5 – Indústrias registadas em Ondjiva

Nome	Localização (bairro)	Valor do investimento em USD	Capacidade de produção instalada/ano	Actividade	Nº trabalhadores		
					Masc.	Fem.	Total
Padaria 17 de Setembro	Bangula	60.000	584.000 pães	Panificação	--	--	12
Padaria Katwe Kotoka	Pioneiro Zeca I	27.000	18.000 pães	Panificação	4	0	4
Padaria Omunghete	Kakuluvale	68.730	900.000 pães	Panificação	8	4	12
Penema, Lda.	Naipalala	--	--	Fábrica de chouriços	--	--	--
Moinho Leal	Castilhos	1.000	7.500 Toneladas	Moagem de cereais	3	2	5

Fonte: GPC (2004)

Em determinadas áreas de actividade, alguns investidores que possuíam algum conhecimento da indústria local anterior à independência, decidiram voltar a investir na região. É o caso da Levon – Angola, uma empresa originária do Cunene e actuando no ramo da construção civil que, após a independência se instalou na Namíbia e que, há pouco tempo (2004) regressou à actividade na zona, iniciando os trabalhos de construção de maior dimensão na província. No Xangongo, Município da Kahama, regista-se igualmente algum reinvestimento nas actividades “tradicionais” da região como a produção de carne (por exemplo da Peccus, SARL), aproveitando o facto de aí existir água – essencial à indústria – e de a localização favorecer a proximidade dos mercados nacionais e a inserção nos eixos de comunicação Sul-Norte.

Já no Lubango, o sector industrial da cidade é composto por 167 estabelecimentos industriais. Em 2002 este número era mais

elevado – 231 – e o total destas empresas empregava 2.225 trabalhadores¹³⁸.

Quadro 6 – Distribuição das indústrias na cidade do Lubango em 2002

Ramo	Nº	%
Indústrias de construção civil, olaria e cerâmica	10	4
Indústria de médio e grande porte – ligeiro	16	7
Indústria de médio e grande porte – pesado	7	3
Indústria de médio e grande porte – alimentar	12	5
Indústria de curtumes	2	1
Indústria de frio	3	1
Indústria de marcenaria e carpintaria	14	7
Indústria de serralharia	25	5
Indústria de moagem	99	14
Indústria de panificação	35	18
Indústria de salsicharia	8	2
Total	231	100

Fonte: DPICHT (2003)

O mercado destas produções é de âmbito nacional¹³⁹ e muitas das indústrias recorrem a matérias-primas locais: a Coca-cola e a Ngola são importadores de outros países africanos e europeus (excepto de água) mas, na Huíla, a Savana Mármore e a Emabol obtêm respectivamente granito negro e madeiras localmente; o engarrafamento de água da região constitui uma das grandes indústrias locais cujo mercado é nacional. Grande parte das novas indústrias no Lubango aproveitou as infraestruturas já existentes. Esta recuperação fez ressurgir a antiga zona industrial – Este da Estação Central dos Caminhos-de-ferro de Moçâmedes, da década

¹³⁸ De acordo com o REMPE (2004), existem, em 2004 no Lubango, 984 empresas das quais 167 pertencem ao sector industrial.

¹³⁹ 40% da produção da Coca-cola tem como destino Benguela; a Ngola abastece o Lubango, Namibe, Benguela e Cunene; a Golfrate Lubango, Benguela, Huambo, Malange, Luanda; a Savana Mármore o Lubango e Luanda.

de 60 – e a antiga zona industrial da Mapunda, próxima da nascente da Tundavala, onde se localiza a Coca-cola/Ngola. Ainda, desenvolveu-se uma nova zona industrial – da Boa Viagem; ao longo da Estrada Nacional 105 que liga o Lubango à Chibia – e é possível encontrar indústrias disseminadas pela cidade, de pequena e média dimensão. Adicionalmente, é possível identificar no Lubango uma série de actividades produtivas do informal, essencialmente ligadas à construção e fabrico de blocos de cimento, o que em Ondjiva é muito mais raro.

Já em Luanda o percurso das indústrias é mais complexo, não deixando, no entanto de ser, em todas as épocas, o mais significativo do país. As zonas industriais antigas – da Boa Vista, ao longo da Rua Francisco Newton (actual Ngola Kiluange) e da estrada de Catete, bem como outras indústrias disseminadas por vários musseques – mantêm-se como pólos de concentração destas actividades e as instalações das antigas fábricas são recuperadas, existindo um número reduzido de novos empreendimentos, construídos de raiz, cuja finalidade seja a produção industrial.

Na província de Benguela, mantêm-se igualmente o dinamismo do eixo Benguela-Lobito-Catumbela. Praticamente unidas pelas intensas sinergias criadas entre as indústrias locais, as dinâmicas existentes entre estes pólos mantêm algumas das características já estabelecidas antes da independência, assentes sobre o eixo de transporte ferroviário. Nesta região, no início do século XX, os capitais acumulados com a exportação do sisal foram redireccionados para a pesca devido à descida dos preços internacionais do sisal e, por sua vez, os lucros da pesca foram investidos localmente, em especial na edificação na cidade (Bolota, 1967), gerando dinâmicas industriais significativas com repercussões ao nível nacional. Este crescimento da actividade piscatória não acarretou, contudo, o desenvolvimento da indústria associada à pesca. A “falta de industrialização científica da pesca” – por exemplo a falta de fábricas de óleos, farinhas e conservas ou a inexistência de frotas pesqueiras de grande porte (Bolota, 1967:72) – caracterizou as actividades ligadas a este sector durante

a sua fase de maior expansão, embora o investimento industrial tivesse permitido o surgimento de indústrias de outros ramos: transformadoras de sisal, baterias e acumuladores eléctricos, conservas; outras foram-se inclusivamente aperfeiçoando: metalúrgicas, fibrocimento, pregos, fornos de aço (idem: 99). Em 1967, o número de estabelecimentos industriais na província (56) situava-se muito aquém do número de estabelecimentos comerciais (510) e representava mesmo menos de metade do número registado de agricultores no Vale do Cavaco (140). As principais indústrias na cidade de Benguela eram as seguintes: peixe e derivados (7), sisal (3), fibrocimento e metalurgia (2), madeiras, tijolo e telha, tabaco, electricidade, baterias, construção civil, marcenaria, massas alimentares, panificação, salsicharia, refrigerantes, óleos (idem: 99). A instabilidade pós-independência fez decrescer este número e a recuperação da indústria, na actualidade, processa-se a um ritmo tímido. Lobito e Benguela concentram aproximadamente a mesma quantidade de estabelecimentos industriais, sendo, contudo, mais significativa, a indústria ligeira no Lobito.

Quadro 7 – Indústria na província de Benguela (activas)

Ramo	N	Localização	Localização	N
Ramo alimentar	1	Lobito	Lobito	18
	1	Benguela	Benguela	20
Panificadoras	7	Benguela	Catumbela	3
	7	Lobito	Total	41
	2	Catumbela		
Bebidas	1	Catumbela		
	4	Lobito		
	1	Benguela		
Ramo ligeiro	10	Benguela		
	5	Lobito		
Ramo pesado	1	Benguela		
	1	Lobito		

Fonte: Direcção Provincial da Indústria e Comércio – Secção da Indústria transformadora (2004)

Segundo o Relatório Anual do Governo da Província de Benguela para 2004, os investimentos realizados na província em termos de actividades produtivas resumem-se à constituição efectivada de uma moagem (Moagem 10 de Dezembro), encontrando-se em curso o processo de constituição de uma fábrica de enchimento de água de mesa, sumos, refrigerantes e enchimento de vinho (do Grupo Melo, a XADÚ, SARL)¹⁴⁰. Durante 2004 foi ainda anunciada a reconstrução de uma fábrica de produção de conservas, carne e enchidos, de uma fábrica de mosquiteiros e alguns projectos de construção civil e panificadoras. Em carteira, i.e., os projectos industriais paralisados ou que apenas necessitam de obras de construção mas que já possuem o equipamento, contam-se seis novos empreendimentos.

A produção realizada no sector primário é uma das mais importantes da província, onde a tradição pecuária e piscatória contribuem para uma significativa produção de lacticínios (2.438,3 toneladas), de pescado e seus derivados (871,7 toneladas)¹⁴¹, de sal (2.145 toneladas de sal iodizado e 28.406,53 toneladas de sal comum) e de carne (2.233,9 toneladas) (GPB, 2004).

Quanto à indústria transformadora (Quadro 8), o próprio relatório refere que se mantêm dificuldades respeitantes ao seu relançamento, sendo a variação na produção, entre 2003 e 2004, negativa em diversos ramos:

¹⁴⁰ Em 2005, já se encontrava a laborar.

¹⁴¹ Das quais 5.224,16 tiveram como destino a congelação, 12.750,24 a venda em fresco, 16.242 a transformação e 11.369,4 a secagem.

Quadro 8 – Indústria transformadora na província de Benguela (2004)

	Produto	Unidade	Produção anual		Variação (%)
			2003	2004	
Ramo alimentar	Conserva de fruta	Toneladas	7	11	-41
	Farinha de milho	Toneladas	704	1.685	-41
	Farinha de trigo	Toneladas	--	1.405	--
	Cerveja	Toneladas	103.753	328.350	--
	Bebidas fermentadas	Toneladas	35	5.114	-97
	Licores e espirituosas	Unidades	660	61.987	-99
	Whisky	Unidades	151	2.196	--
	Bolachas	Toneladas	2	34	-94
	Pão	Toneladas	--	--	--
	Água de mesa	HI	--	9.116	--
	Confeitaria	Toneladas	7	3	133
	Farelo de trigo	Toneladas	--	2	--
	Massa alimentar	Toneladas	29	--	--
	Ramo ligeiro	Colchões de molas	Unidades	1.673	1.869
Colchões de espuma		Unidades	45.445	79.986	-43
Cordoaria plástica		Toneladas	13	170	-92
Tintas e similares		Toneladas	511	1.443	-65
Confecções diversas		Toneladas	111.258	24.960	346
Livros diversos		Unidades	10.331	139.277	-93
Impressos diversos		Unidades	6.212.818	9.830.080	-37
Sacaria plástica		Unidades	1.314	6.771.000	-100
Mobiliário diverso		Unidades	--	1.761	--
Carteiras		Unidades	--	750	--
Ramo pesado	Embalagens de cartão	Toneladas	343	453	-24
	Acetileno	m3	22.391	20.696	-8
	Eléctrodos	Toneladas	5	23	-78
	Louça de alumínio	Toneladas	1	10	90

Fonte: GPB, 2004

Estima-se que na província existam cerca de 50 empresas industriais mais expressivas estando, contudo, uma grande parte delas – isto é, 26 unidades de produção – paralisadas ou semi-paralisadas, o que terá contribuído para o crescimento do número

de unidades de produção familiar. No que diz respeito à denominada pequena actividade económica (Quadro 9), foram licenciadas, em 2004, 21 novas unidades, estimando-se, no entanto, que tenham surgido mais de duas centenas de micro unidades de rendimento familiar (GPB, 2004: 24).

Quadro 9 – Pequena actividade económica licenciada na província de Benguela

Padarias e pastelarias	5
Moageiras	3
Fábricas de produção de gelo	2
Indústria gráfica	1
Fábrica de aperitivos	1
Agência funerária e marcenaria	2
Fábrica de fraldas descartáveis	1
Indústria de equipamento escolar	1
Fábrica de tectos falsos, divisórias e caixilharia de alumínio	1
Carpintaria	1
Serralharia	2
Indústria de frios	1
Total	21

Fonte: adaptado de GPB (2004)

Os principais constrangimentos detectados pelo Governo da Província de Benguela relativos à indústria local dizem respeito à degradação de importantes instalações industriais, à obsolescência dos equipamentos fabris e do parque industrial, à ausência de financiamentos para a modernização da indústria local, o insuficiente fornecimento de energia eléctrica e água e a concorrência dos produtos importados (GPB, 2004: 72).

No Lobito, os números relativos à indústria em 2004 (Quadro 10) situam-se igualmente muito aquém da capacidade instalada antes da independência.

Quadro 10 – Produções industriais no Lobito, 2004

Indústria	Produção
Ramo Alimentar	Bebidas Confeitaria Conservas de fruta Pão Bolachas Whisky Vinho tinto Cerveja Aperitivos
Ramos Ligeiro	Colchões Embalagens de sacos plásticos Fraldas descartáveis
Ramo Pesado	Acetileno dissolvido Eléctrodos ferrosos Louça de alumínio

Fonte: Administração do Município do Lobito (2004)

Nesta cidade, foram realizados 20 pedidos de licenciamento pela Administração de unidades de produção, maioritariamente respeitantes a panificadoras (5), moageiras (4), carpintarias (3), mini fábricas de gelo (2), e uma indústria gráfica, uma serralharia, uma marcenaria, uma fábrica de tectos falsos, uma fábrica de transformação de madeiras, vidro e metal, uma fábrica de aperitivos secos.

Em Luanda, o INE registou em 1997 a existência de 611 empresas industriais, tendo este número aumentado, no ano seguinte para 637 (INE, 1998). As 62 empresas que integraram o estudo de 1997 empregavam, em Luanda, 7.594 trabalhadores e as 56 constantes do estudo de 1998 empregavam 8.138. Em 2002, a realidade empresarial em Luanda é já muito diferente. O REMPE, que permitiu o registo das empresas novas e das já existentes, fez sobressair a cidade como o pólo empresarial principal ao nível do

país, com 10.609 empresas, das quais 1.042 do sector da indústria transformadora. As outras indústrias – extractivas, de produção e distribuição de electricidade, de gás e de água, e as indústrias da construção, perfazem um total de 257, um número também muito mais elevado do que os das restantes províncias angolanas.

Perante estes cenários locais diferenciados e tendo como pano de fundo as dificuldades macroeconómicas e políticas que caracterizaram o contexto nacional a um nível geral, certas especificidades locais de cariz sociocultural estão na base de uma outra série de diferenças locais. O conhecimento destas especificidades locais pode ajudar a compreender os factores que estão na base do desenvolvimento das actividades produtivas, os constrangimentos e potencialidades. Note-se que a indústria transformadora, em Angola, absorvia cerca de 30.000 trabalhadores em 2002 e que, mantendo-se as tendências de recuperação, investimento e crescimento, será responsável por uma fatia importante em termos económicos e do emprego no país.

3. A envolvente social local

Para além das diferenças em termos populacionais e em termos económicos (Quadro 11) das diferentes regiões, é possível traçar um quadro comum respeitante ao empreendedorismo na área produtiva em Angola.

Quadro 11 – Quadro comparativo da população e indústrias existentes

Cidade	População	Indústria ⁴
Ondjiva (2002)	28.52 ³	14
Lubango (2002)	437.100 ²	167
Luanda (2001)	3.361.446 ¹	1.042
Benguela (2004)	548.496 ⁵	209
Lobito (2003)	875.000 ⁶	

Fonte: ¹ IDR (2001), ² Governo da Província da Huíla (2003), ³ Administração Municipal do Kwanhama (2004), ⁴ REMPE (2002) relativo à província, ⁵ Administração Municipal de Benguela, ⁶ Administração Municipal do Lobito.

As lógicas empresariais ao nível social herdadas do modelo colonial foram essencialmente a responsabilização pela protecção social dos trabalhadores e a valorização integrativa sociocultural que o trabalho assalariado representa. As empresas responsabilizavam-se – de forma diferenciada – pela saúde dos trabalhadores, protecção na maternidade, pela alimentação, pelo transporte, pela reforma e pela protecção de riscos relacionados com os acidentes profissionais. Ainda, o trabalho assalariado consolidou-se como factor de integração social na lógica das políticas de assimilação que caracterizaram este período (Rodrigues, 2004). O modelo socialista, de gestão centralizada, passou a prever a gestão deste tipo de apoios sociais, embora a pesada estrutura e organização do Estado nos anos a seguir à independência tenham conduzido a uma asfixia destas possibilidades. Uma das fórmulas encontradas de fixação do trabalho assalariado e de compensação dos trabalhadores – perante a degradação de outros sectores económicos e sociais – foi a abertura de possibilidades de auto-consumo, a compra de bens das empresas a preços de fábrica.

Várias empresas experimentaram igualmente políticas e conjunturas que condicionaram os seus desempenhos. A gestão centralizada bloqueou a capacidade de laboração de muitas unidades industriais ao nível do fornecimento das matérias-primas e, por exemplo, ao nível da actualização salarial. Em termos das mudanças nas relações laborais, aquilo que caracterizou a indústria angolana das últimas duas décadas foi sem dúvida a pressão que as necessidades relativas à sobrevivência dos trabalhadores exerceram sobre as formas de gestão dos recursos humanos e que tiveram impacto ao nível da gestão global das unidades de produção. Pressionados pelas necessidades aos mais diversos níveis dos trabalhadores – que cada vez mais se situaram ao nível da sobrevivência e da minimização de riscos básicos como a alimentação, a saúde, a habitação – os gestores privados e mesmo estatais tiveram que redireccionar os escassos recursos empresariais para as áreas do apoio social sob pena de verem crescer o absentismo, o desvio da produção, entre outros.

Alguns casos de empresas que conseguiram atravessar estas fases e conjunturas e que se posicionam agora de forma competitiva no meio industrial tiveram que articular as heranças deixadas do papel social das empresas – iniciado durante o período colonial, continuado pelo modelo centralizado e exigido pelas carências dos trabalhadores – com as novas possibilidades de crescimento da economia.

A partir do exemplo de duas indústrias de Benguela, é possível analisar de forma mais específica os processos em causa e o peso das heranças dos diversos sistemas que colocam ora obstáculos ao desenvolvimento empresarial ora são geridos de forma a serem ultrapassados ou potencializados.

A Sopescas, localizada na Baía Farta em Benguela situa-se num local que é, desde o período colonial, a zona mais activa ao nível provincial em termos de pesca, sendo, antes da independência, igualmente concentradora da produção de farinha de peixe. Como acontecia noutras zonas costeiras de Angola, também aqui dominava a pesca tradicional, ligada à mão-de-obra local providenciada por uma população com tradição nesta área. Em Benguela, existem 87 empresas ligas à pesca, encontrando-se 50 destas em actividade (Quadro 12).

Quadro 12 – Empresas ligadas à pesca em Benguela

Empresas	Activas	Paralisadas	Total
Conserveiras	0	4	4
Estaleiros	6	2	8
Prestação de Serviços	2	2	4
Captura, Salga e Seca	30	22	52
Fábrica de tratamento de sal	1	1	2
Salinas	7	2	9
Fábrica de latas	1	0	1
Fábrica de redes	0	2	2
Congelação, Conservação, Comercialização	3	2	5
Total	50	37	87

Fonte: GPB-DPPA (2004)

A paralisação de um grande número destas empresas tem causas diferentes. Nas conserveiras, ela deve-se à degradação de equipamentos e infraestruturas; as fábricas de latas, embora possuam equipamentos operacionais, não produzem por falta de matéria-prima e de mercado. Quanto às capturas, salga e seca, os principais problemas referem-se à falta de embarcações e à falta de financiamento para reabilitação de infraestruturas. Nos estaleiros navais, as causas principais de paralisação referem-se à dificuldade de aquisição de equipamentos, à falta de mão-de-obra especializada.

Também ao nível do parque de embarcações (Quadro 13), regista-se uma elevada percentagem de paralisações ao nível provincial, quase 50%.

Quadro 13 – Parque de embarcações em Benguela

Tipo de Embarcação	Número de embarcações	Embarcações operacionais	Embarcações inoperantes com recuperação	Embarcações sem recuperação
Cerqueiros	59	33	21	5
À linha	14	2	12	0
Atuneiros	3	0	3	0
Emalhar	3	1	2	0
Arrasto	18	18	0	0
Total	97	54	38	5

Fonte: GPB-DPPA (2004)

A capacidade piscatória local é substancialmente de tipo artesanal e ao nível das embarcações disponíveis verificando-se a existência de um grande número de embarcações não motorizadas na província.

Quadro 14 – Tipo de embarcações em Benguela, pesca artesanal

Embarcações	Número
Canoas	319
Chatas sem motor	1.219
Chatas com motor	103
Catrongas	17
Total	1.658

Fonte: GPB-DPPA (2004)

Em 2004 foram licenciadas 143 embarcações pela DPPA, das quais 90 são pequenas embarcações para pesca artesanal, 36 para pesca semi-industrial e 17 camaroeiros para pesca industrial. Os índices de captura destas embarcações, durante 2004, foram respectivamente de 3.010 toneladas, 34.391 toneladas e 110 toneladas.

O destino do pescado é, substancialmente, a transformação (36%), a venda em fresco (28%), o peixe seco (25%) e, em menor escala, a congelação (11%).

Quadro 15 – Destino do pescado capturado em toneladas

Congelado	5.224
Venda em fresco	12.750
Transformação	16.242
Peixe seco	11.369
Total	45.585

Fonte: GPB-DPPA (2004)

Desde 1973 que os níveis de captura em Benguela baixaram consideravelmente. Existem inúmeras empresas paralisadas e a indústria de fabrico de embarcações não funciona desde 1973, o que contribui para a existência de um parque de embarcações obsoleto. Nos anos recentes, alguns armadores têm recorrido à compra de embarcações usadas ao estrangeiro e no último ano foi

acordado um financiamento chinês de dois bilhões de dólares para a aquisição de embarcações e a reabilitação de infraestruturas e transporte. Entre 2003 e 2004, registou-se um crescimento significativo da produção de peixe congelado (142%), de peixe seco (93%) e de sal comum (80%) enquanto que apenas a produção de peixe artesanal registou um decréscimo (40%).

Para além da recuperação das antigas actividades de pesca e salga de peixe pela Sopescas em 2003 – que são realizadas agora utilizando tecnologia mais moderna como os túneis de secagem com capacidade para produzir 6 toneladas por dia – diversificou-se a actividade da empresa para a congelação de pescado, tendo sido instalada uma câmara de conservação de congelados com capacidade para 500 toneladas. Ao nível local, esta recuperação implicou igualmente a recuperação da contratação local de trabalhadores ligados à pesca (90% dos trabalhadores são da Baía Farta) e a recuperação de sinergias locais como o abastecimento de combustível através da Sonangol local ou a subcontratação de serviços administrativos a outra empresa que funciona na área. Os acordos que permitem a existência de subvenções na aquisição de combustível constituem heranças do modelo de gestão centralizado e mantêm-se até à actualidade, embora os moldes em que se processam estes acordos tenham tendência a ser alterados. A externalização de funções como os serviços administrativos e contabilísticos contribui para a dinamização do mercado local de serviços.

Ainda, aqui é possível verificar o aproveitamento da mão-de-obra local e das capacidades existentes por exemplo na fabricação de barcos para pesca artesanal que é efectuada nas instalações da Sopescas. Com as mudanças ocorridas em termos da produção, foi possível fazer transitar os trabalhadores que operavam a secagem artesanal para as instalações de secagem mecânica. O redimensionamento da empresa implicou uma gestão flexível dos trabalhadores, adequada ao processo de fabrico. Os operários “circulam” pelas diferentes zonas da fábrica, dependendo da fase em que se encontra o processo de fabrico. Esta organização permite uma melhor adaptação da mão-de-obra ao nível de

produção presentemente existente: os trabalhadores circulam, a cada entrada de pescado na fábrica, primeiro pela zona de descarga, depois pela pesagem, pela zona de impacto frio, dirigindo-se depois para a zona de refrescamento onde o pescado é limpo, escamado e preparado. Após esta tarefa, operam na zona de embalamento e seguidamente na de congelação, ficando assim os produtos disponíveis para serem geridos pela secção de vendas.

Os apoios prestados aos trabalhadores são feitos em termos de alimentação e é também dada a possibilidade aos trabalhadores de ficarem com alguns dos produtos da empresa (peixe e mariscos), assegurando ainda a empresa a protecção na área da saúde. Este tipo de apoios são simultaneamente herdados do modelo colonial – onde as empresas asseguravam grande parte das funções sociais ligadas ao assalariamento – do modelo do autoconsumo que o estado pós-independência desenvolveu e foram ainda mantidos devido à pressão cada vez maior das necessidades de protecção social e de sobrevivência que os trabalhadores foram introduzindo na relação com os empregadores. A este nível – e como acontece noutras empresas em Angola – o acordo existente com uma clínica privada que assegura alguma protecção na área da saúde aos trabalhadores e aos seus familiares, é mantido como atractivo para a fixação de mão-de-obra, já que permite ultrapassar uma das situações que representa maior risco para os trabalhadores num contexto de fracas ou mesmo inexistentes alternativas.

Noutra empresa, a EMATEBE – também localizada em Benguela, os trabalhadores dependem igualmente dos esquemas internos de protecção social e estes constituem inclusivamente um dos poucos atractivos numa organização onde a produção se encontra praticamente paralisada e onde as perspectivas de recuperação são muito reduzidas. Criada após a independência (em 1982) e tutelada pelo Ministério da Educação¹⁴² para produzir cadernos, livros e giz para fornecer o país e aqui localizada dada a

¹⁴² Unidade Económica Estatal (UEE) originalmente que passou a empresa pública nos anos 90.

proximidade à fábrica de pasta de papel do Alto da Catumbela¹⁴³ e dada a ligação ferroviária ao porto do Lobito, a EMATEBE, nos últimos anos, vê comprometida a sua produção e viabilidade não só devido às dificuldades de importação de matéria-prima por parte do Estado mas também devido à destruição da fábrica de pasta de papel durante a guerra. Entre 1990 e 1993 regista-se o maior decréscimo da produção devido às dificuldades de importação de matéria-prima e entre 2004-2005 a fábrica é finalmente paralisada por falta de matéria-prima, estando em curso negociações com o Ministério da Educação para a resolução deste problema. Várias propostas de interessados em comprar a fábrica e outras propostas de reorganização foram apresentadas ao Ministério da Educação, não tendo sido nenhuma delas aceite.

Este exemplo revela-se como um caso totalmente dependente da planificação central desde a sua génese, afectado pela guerra e sem possibilidades de recuperação a não ser que exista iniciativa por parte do governo já que a empresa tem o estatuto de empresa pública. No entanto, alguns dos seus administradores – e mesmo alguns trabalhadores – possuem o conhecimento do mercado e das capacidades de produção ainda existentes na fábrica e tentam de diversas formas manter alguma produção: por meios próprios da empresa (e sem recorrer ao financiamento do Estado) importam matéria-prima para produzir giz, mantendo a funcionar 5 prensas das 12 existentes e duas estufas, das seis existentes (com capacidade para produzir 6.400 paus de giz por prensa e por dia). Ainda se dedicam à distribuição de livros e material escolar, à revenda de material escolar importado, o que era uma das funções da fábrica originalmente; ao aproveitamento de material de desperdício (como os tubos dos rolos de papel) para enchimentos,

¹⁴³ Constituída em 1957, a Hidroeléctrica do Alto da Catumbela iniciou as suas actividades em 1960 como concessionária da produção de energia eléctrica no rio Catumbela e do seu transporte e distribuição. Durante o conflito civil foi destruída, cessando assim a oportunidade de interligação à EMATEBE e a uma série de outras indústrias instaladas na região.

para móveis e outras obras e para o fabrico de papel de menor qualidade, papel de “primeira via”.

Inicialmente a empresa possuía cerca de 150 trabalhadores tendo, nos últimos anos saído alguns por reforma e convertendo-se os trabalhadores que durante a guerra faziam a segurança (cerca de 28) a funcionários de empresas de segurança privadas, inclusive da empresa que actualmente foi contratada pela EMATEBE. Actualmente, a empresa conta com 71 trabalhadores sendo 14 administrativos (8 mulheres e 6 homens) e os restantes da área da produção (8 mulheres e 47 homens) e da limpeza (2 mulheres). Ao nível das prestações complementares ao salário, a empresa apenas fornece o pequeno-almoço aos trabalhadores e comparticipa as despesas com medicamentos e a assistência médica contra a apresentação de comprovativos, sendo este apoio aos trabalhadores um apoio directo e aos familiares garantido através de um Fundo Social, criado por iniciativa da própria empresa. Ainda, providencia o apoio em material escolar aos familiares dos trabalhadores e aos trabalhadores estudantes. A empresa presta serviço de transporte de trabalhadoras e, em alguns casos e dependendo da categoria profissional, apoia com o pagamento de 5 litros de gasolina aos proprietários de motorizada. Entre 1982 e 1996 a empresa explorava uma granja de onde eram obtidos produtos agrícolas mais baratos que eram fornecidos aos trabalhadores mas o terreno, anteriormente pertença da Casa do Gaiato, foi devolvido aos proprietários.

Conclusões

Os percursos socioeconómicos em Angola, deixaram marcas a diversos níveis. Não só as grandes transformações consequência da independência, da adopção de um sistema económico centralizado e da guerra prolongada, ditaram as regras do desenvolvimento empresarial como as experiências acumuladas de gestão, de funcionamento e organização das empresas sofreram influências múltiplas ao longo de pouco mais de três décadas.

No que diz respeito ao âmbito sociocultural destas transformações, há que assinalar pelo menos dois factores que constituem

fundamentos importantes das actividades económicas em Angola, com uma certa influência sobre o seu desenvolvimento futuro.

Por um lado, existe uma tendência para a reactivação e recuperação de actividades específicas em locais também tradicionalmente ocupados por determinado tipo de empresas. Nas cidades angolanas, não só a indústria se tende a localizar em zonas tradicionalmente por ela ocupadas como os próprios empresários tendem a apostar no mesmo tipo de actividades desde há várias décadas. Isto sem contar com o facto de alguns empresários, que investem e desinvestem em Angola consoante as oportunidades e mesmo as possibilidades de o fazerem, possuem uma longa experiência no país e demonstraram interesse em aí continuarem a laborar.

Por outro, ao nível da organização interna das empresas, os modelos de complementaridade dos apoios sociais, geridos internamente, mantiveram associadas às empresas, uma série de obrigações que constituem contrapartidas por vezes mais importantes que o próprio salário. Daí que muitos daqueles que possuem já uma vasta experiência industrial no país estejam cientes deste facto e considerem que as prestações complementares e os apoios aos trabalhadores estão incluídos no global de despesas com os recursos humanos enquanto que àqueles que não possuem este conhecimento seja exigido um maior esforço de adaptação. As condições económicas das famílias em geral e o fraco desenvolvimento dos sistemas de protecção social, contribuem para a manutenção destes esquemas de compensações e subsídios, fazendo depender a produtividade e o crescimentos e sucesso das empresas de uma boa gestão dos seus efectivos. Sob este prisma e nas condições socioeconómicas actuais do país, não é possível desligar da análise empresarial a perspectiva sociológica nem subavaliar os efeitos cumulativos que os percursos históricos, sociais e económicos introduzem no desempenho empresarial.

Bibliografia

- Amaral, I. (1962) "Ensaio de um Estudo Geográfico da Rede Urbana de Angola", Junta de Investigação do Ultramar, Estudos, Ensaios e Documentos, nº97, 99p.
- Administração do Município do Lobito (2004) Relatório Anual
- Bolota, A. (1967) Benguela: Mãe de Cidades, Benguela, Câmara Municipal de Benguela
- GPB – Governo da Província de Benguela (2004) Relatório do Governo da Província Relativo ao Ano de 2004
- GPB-DPPA – Governo da Província de Benguela-Direcção Provincial das Pescas e Ambiente (2004), Relatório Anual, Benguela: GPB-DPPA
- GPC – Governo da Província do Cunene (2004) Plano de Urbanização da Cidade de Ondjiva – Volume II: Caracterização Socioeconómica, Ondjiva, GPC
- Cilliers, J. (2001) Business and war in Angola, Review of African political economy, 28(90): 636-641
- De Vletter (2002) A Promoção do Sector Micro-empresarial Urbano em Angola, Cascais: Principia
- DPICHT (2003) – Relatório das Acções Desenvolvidas, Anual 2003, Direcção Provincial da Indústria, Comércio, Turismo e Hotelaria da Huíla, Lubango (policopiado).
- Fauré, Y.-A. & Médard, J.-F. (1995) "O Estado-Business e os Políticos Empresários: neo-patrimonialismo e Big men: economia e política", in Ellis, S. & Fauré, Yves-A. (org.)
- Empresas e Empresários Africanos, Lisboa: Vulgata

Hodges, T. (2001) Angola: from afro-stalinism to petro-diamond capitalism, Bloomington: Indiana University Press

Ferreira, M. E. (1999) Indústria e Guerra (Angola, 1975-1991), Lisboa: Cosmos/Instituto de Defesa Nacional

INE (1998) Painel de Empresas – Luanda, Luanda: INE

INE (2002) Resultados Preliminares do REMPE

Jenkins, P., Robson P., Cain, A. (2002) «Local responses to globalization and peripheralization in Luanda, Angola » Globalization and cities Environment and Urbanization, vol.14 (1):115-127

MAPESS – Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (2000) Levantamento das Necessidades de Formação Profissional para o Emprego e Auto-emprego: sectores formal e informal da economia, Luanda: MAPESS

Najim, A., Hofmann, E., Marius-Gnanou, K. (dir.) (2003) Les entreprises face aux enjeux du développement durable: éléments d'un débat, Paris : Karthala, 485 p.

Posthumus, B. (2003) Développement des PME: le lien manquant en Angola, Courrier (Le). Afrique-Caraïbes-Pacifique-Union européenne, 196 : 44

Rela, J.M. Zenha (1992) Angola: entre o presente e o futuro, Lisboa: Escher

Rodrigues, C. (2004) Trabalho Assalariado e Estratégias de Sobrevivência e Reprodução de Famílias em Luanda, Tese de doutoramento em Estudos Africanos, Lisboa, ISCTE

Rocha, M.J.A. (1997) *Economia e Sociedade em Angola*, Luanda: LAC, 237p.